

“USAR O CORPO”: economias sexuais de mulheres jovens do litoral ao sertão no Nordeste brasileiro¹

José Miguel Nieto Olivar. Núcleo de Estudos de Gênero PAGU/Unicamp²/SP
Loreley Garcia, Profa. Titular, PPGS/UFPB/PB

Palavras chave: gênero, economia sexual, juventude.

“... pra gente ter alguma coisa na vida tem que usar o corpo” Tatiana

Introdução

Esse artigo visa apresentar um panorama organizado de diversas formas e sentidos da ideia de “usar o corpo” que escapam do conceito de prostituição, a partir das entrevistas realizadas com mulheres jovens em contextos de prostituição nas cidades de Cabrobó (PE) e Mataraca (PB) no Nordeste brasileiro. As visões, conceitualizações e experiências das mulheres traduzem uma prolífera criação de categorias discursivas de diferenciação (Stoebaneu et ali, 2011), articuladas a um jogo de moralidades, economias locais/regionais e noções de família. Daremos especial ênfase ao que estamos chamando de economia da “pedição”. Essa economia é uma forma próxima daquilo que vem sendo chamado de “economias sexuais” (Cabezas, 2009; Groes-Green, 2013) que, no discurso das entrevistadas, se entretecem e diferenciam do “programa” de prostituição (trabalho sexual), da “ajuda” (Piscitelli, 2007, 2009, 2011, 2013) e de outras formas de intercâmbios entre sexo, dinheiro e afetos. Longe de tratar-se de uma forma excepcional de transação entre sexo, afetos e dinheiro, esta economia desenha-se, como um caminho possível para compreender, a partir da perspectiva de gênero, as economias locais na sua interseção com o mundo do sexo, da reprodução, da conjugalidade, do poder e das relações familiares.

A pesquisa foi realizada nas cidades de Mataraca (PB) e Cabrobó (PE) durante os meses de fevereiro de 2011 a julho de 2014. Nesse período foram entrevistadas 24 mulheres, entre 18 e 37 anos, em contextos de prostituição feminina, assim como foram visitados

¹ Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

² Auxílio Jovem Pesquisador FAPESP, proceso 2013/26826-2

bares e locais nos quais, reconhecidamente, tal prática aconteceria. O material coletado permitiu desenhar um panorama geral da prostituição e dos mercados do sexo associados a setores e grupos populares e indígenas nessas cidades. Nesse panorama destacou-se, entre outras coisas, uma tensão ao redor do uso da noção de “prostituição”, que inicialmente foi mobilizada pela pesquisa, mas que não necessariamente encontrou reverberação em campo. Tal tensão levou-nos a refletir sobre as transações e as formas econômicas em disputa.

Na primeira sessão desse artigo apresentamos a pesquisa Marcas de Batom no contexto da pesquisa social brasileira sobre prostituição/mercados do sexo e fazemos uma breve descrição do panorama encontrado nas duas localidades a partir das entrevistas realizadas e da observação registradas nos diários de campo. Estabelecido esse panorama, a segunda parte do artigo foca na compreensão das categorias de diferenciação, nos fluxos e borramentos ao redor da categoria “prostituição”. Isto é, tal parte descreve as diversas maneiras como as mulheres compreendem, produzem e denominam sua participação sexual na economia local/regional ou suas formas de “usar o corpo” para acessar o dinheiro. Nesse marco destacamos a economia do pedir/aceitar dinheiro, que estamos chamando de lógica da “pedição”, e que marca profundamente o caminho de compreensão das articulações entre economia, sexualidade, parentesco e afetos nesse contexto. A terceira parte do texto busca compreender, a partir das explicações das mulheres, o lugar da família, do parentesco, dos afetos e das moralidades nessa configuração econômica/sexual. Por fim, discutiremos as formas econômicas em diálogo com as “economias sexuais” abordadas em outros estudos.

A pesquisa Marcas de Batom

Como foi descrito por Piscitelli (2014) e Olivar (2014), a produção acadêmica brasileira sobre prostituição e mercados do sexo é ampla, tem um *locus* disciplinar importante na antropologia e tem transitado entre temas próximos ao mundo do trabalho, à práticas sexuais, violência e afetos, bem como estabelecido conexões importantes com os estudos sobre Estado, política, parentesco, movimentos sociais, transformações urbanas, mobilidades transnacionais, fronteiras, entre outros³.

³ Importantes referências internacionais no campo de estudos e engajamentos políticos sobre prostituição, trabalho sexual, indústria do sexo, com perspectivas feministas “pró-sex” tem grande influência na produção antropológica brasileira. Principalmente, autoras como Donna Guy (1991), Gail Pheterson (1989,

Essa vasta produção concentra-se especialmente em mulheres e travestis e suas redes de relações. No panorama geral, percebem-se alguns pontos de menor atenção como: cidades pequenas e assentamentos, zonas rurais, articulações étnico-raciais - à margem de relações transnacionais de turismo e participação de adolescentes nos mercados do sexo. O Nordeste e Amazônia vêm emergindo como novos focos de atenção na articulação entre gênero, sexualidades, mercados, trabalho e território, embora ainda de maneira incipiente (Oliveira, M., 2011; Oliveira, R., 2012; Olivar, 2013b; 2014; Garcia e Nascimento, 2014ia).

É nessa trama de produção de conhecimento que a pesquisa *Marcas de Batom* ganha maior sentido. Essa pesquisa comparou a situação das jovens em contextos de prostituição em duas cidades rurais e limítrofes com terras indígenas: Mataraca, Paraíba, próxima as aldeias indígenas potiguar e Cabrobó, Pernambuco, nas proximidades da Ilha Assunção, terra indígena Truká. Não se trata de uma pesquisa sobre prostituição indígena, mas sobre jovens e mercado de sexo nas zonas rurais.

Mataraca, próxima a Baía da Traição, é uma cidade com menos de 10.000 habitantes, na zona de cultivo de cana. A proximidade com a BR 101 faz com que haja intensa circulação de trabalhadores sazonais, agricultores, moradores das terras indígenas e caminhoneiros. A atividade econômica central está nas usinas de cana, embora a cidade busque alternativas no turismo, ainda incipiente na Barra de Camaratuba e no parque eólico.

Mataraca está enredada, através de redes comerciais e de parentesco, com as aldeias indígenas e comunidades da região. Esse elemento constitui um espaço propício para compreender como a prostituição, enquanto prática econômica e sexual, não acontece na tríplice oposição rural – urbano – terra indígena, mas, justamente, na imbricação de redes comerciais, econômicas, sexuais, familiares e afetivas que cruzam os mundos rurais, urbanos e indígenas no cotidiano.

Cabrobó convive, desde 2007, com a obra da Transposição do rio São Francisco no seu território. Motivo de conflito entre governo e opositores à obra: ambientalistas, acadêmicos, populações ribeirinhas, tribos indígenas e movimentos sociais, essa obra foi, e permanece sendo foco de tensão. O porte da obra, o histórico de violência, devido a área

1996), Kamala Kempadoo (1995, 2004), Jo Doezema (2010), Dolores Juliano (2002, 2006), Laura Agustin (2007) e Wendy Chapkins (1997).

estar localizada no Polígono da Maconha, e os protestos despertaram profundo interesse em investigar o impacto ambiental e social, sobretudo na situação de vulnerabilidade que provoca para as jovens inseridas no mercado de sexo.

Os grupos indígenas, nas duas regiões, são caracterizados por longas e fortes histórias de contato, misturas e transformações. Isto é, planos, lógicas e pessoas indígenas não constituem necessariamente uma alteridade claramente divorciável de um mundo não indígena, ao mesmo tempo que o mundo não indígena rural e das pequenas cidades está fortemente imbricado com os universos indígenas (Garcia e Nascimento, 2014a).

O alvo preferencial da pesquisa foi a prostituição de baixa renda, marcada por dinâmicas rurais, principalmente pontos de rua na cidade, como margens de mercados públicos, postos de gasolina e bares. Em Mataraca, as principais referências foram bares indicados pelos moradores, são bares que se confundem com uma moradia rural (árvores frutíferas e criação de animais). São bares reconhecidos como bares de prostituição ou de acesso a sexo por dinheiro (“bar para beber”).

Já em Cabrobó é um pouco diferente; “trabalhar em bar” não se refere estritamente à prostituição. Em Cabrobó, os pesquisadores identificaram três áreas de prostituição: a rua da feira - com ao menos seis bares com quatinhos nos fundos nos quais o programa custa entre 30 e 40 reais, o Ceasa e os postos de gasolina na BR, onde as mulheres cobriam a partir de R\$20. Nessa cidade não há cabarés: os pesquisadores foram informados que os homens das ‘firmas’ (construtoras) e os soldados que iniciaram as obras da transposição, se “viravam com as ‘periguetes’” locais.

Em termos de diferenças étnicas, em Mataraca, região de etnia Potiguara, duas mulheres se auto identificaram como indígenas. Em Cabrobó, todas as mulheres entrevistadas tinham “origens” ou vínculos de parentesco e sociabilidade com terras indígenas; porém, somente três se identificaram como indígenas, num contexto que mistura tradições indígenas/rurais/caboclas, do interior do Nordeste, condições de empobrecimentos urbanos e efervescência econômica imediata com a obra da Transposição do Rio São Francisco.

Nos bares de Mataraca, as mulheres eram bastante pobres. Seguindo as narrativas biográficas, bem como observações durante o trabalho de campo, supomos alguns casos de pobreza extrema em mulheres provenientes de pequenas cidades do interior ou áreas indígenas, o que é bastante incomum na pesquisa brasileira sobre prostituição, mais

concentrada em grupos populares urbanos (Olivar, 2014). Nenhuma das entrevistadas em Mataraca completou o ensino médio, algumas têm ensino fundamental completo. Em Cabrobó, encontramos mulheres com o ensino médio completo. O abandono da escola foi explicado por elas pelo dever ou escolha de trabalhar, em casa ou fora, para colaborar com as dinâmicas e as economias familiares. Outro motivo para o abandono da escola são os relacionamentos amorosos, particularmente o fato de ir morar com o namorado ou casar, o que na sequência se desdobrara em eventos reprodutivos que implicaram a redução das possibilidades de voltar à escola. A ampla maioria das mulheres entrevistadas tem pelo menos um filho, destacando-se apenas três, em Mataraca, que optaram por não ter filhos.

Quando crianças, elas contribuíaam ativamente para as tarefas domésticas “cuidando da casa”, “lavando roupa e louça”, “cuidando dos irmãos”, “cozinhando”. São tarefas marcadas por gênero que apenas as mulheres, mães e filhas desempenham, chegando, em alguns casos, a proibir os rapazes de realizar ou aprender tais tarefas. Essa situação revela um elemento central em nossa argumentação, e que se desenvolve largamente nas economias locais e provoca desigualdades, distinção entre trabalho (masculino) e o cuidado (feminino) e, conseqüentemente, a circulação desigual do dinheiro e das responsabilidades entre os sexos.

A presença de adolescentes menores de idade nos espaços de “prostituição” nas duas cidades não foi abundante, porém foi destacada no olhar (no cálculo) dos pesquisadores de campo, quem em várias ocasiões atentaram para meninas que pareciam estar na faixa dos 12 a 14 anos. Do mesmo modo, as entrevistas revelam que mais da metade das jovens iniciou as trocas mais ou menos sistemáticas de sexo por dinheiro na adolescência antes dos 18 anos. Em Mataraca, aquela que começou a se prostituir mais cedo, no conjunto das entrevistas, foi aos 12 anos de idade; isso nas interpretações jurídicas (como a definição do Estatuto de Crianças e Adolescentes, compartilhada na Constituição Federal) seria a idade limite entre infância e adolescência. A seguinte foi com 13 anos⁴. Esses dados contrastam com a informação de Cabrobó, onde a menor idade de início no comércio sexual foi aos 17 anos⁵.

⁴ Note-se também que, segundo a legislação penal as práticas sexuais com menores de 14 anos podem ser consideradas como estupro de vulnerável e crime hediondo. (Art. 217-A, Código Penal)

⁵ Para as legislações e os movimentos sociais/políticos no Brasil, esses intercâmbios/trabalhos envolvendo menores de 18 anos são considerados crime penal, exploração sexual de vulnerável, que devem ser reprimidos e prevenidos. Essas práticas têm sido consideradas, também, como violação de direitos humanos

Não encontramos indícios de ingresso ou exercício da prostituição sob condições de força, de chantagem ou violência. Na totalidade dos casos, o ingresso na prostituição ou a participação nessas economias e trocas é narrado como sendo “por conta própria”. Os motivos para entrar na prostituição ou nela permanecer, ligam-se ao fator econômico, a busca por melhores ingressos, à “falta de emprego”, como elemento generalizado, e correspondem, claramente, a formas sociais de produção de gênero, dinheiro, sexo e relações familiares. Por exemplo, de maneira central para o argumento deste artigo, em alguns casos a recusa dos maridos em dar dinheiro para gastar além das “obrigações” do lar é colocado como motivo para buscar o dinheiro por outras vias.

Se o fator econômico, em termos de falta de dinheiro, é relevante na escolha por esse mercado, sua presença é matizada, nuançada e acompanhada por outros argumentos que não tem a ver com necessidade econômica de subsistência, adquirindo então outros significados. Há depoimentos que não destacam o dinheiro, apresentam explicações como “experiência (...)”, “porque eu não estava me amando [fazendo referência ao trabalho anterior como doméstica]”, “quis, para esquecer dele”, “curiosidade” e “aventura”.

Por fim, é importante mencionar que os dados coletados oferecem uma visão sobre esses mercados sexuais a partir da compreensão e do diálogo com os “esquemas de sentido” (Sahlins, 1997), dando especial relevância às categorias de nomeação e diferenciação mobilizadas pelas mulheres. A análise se concentra em “ir atrás” das potenciais riquezas criativas, imaginativas e experiências que as mulheres apresentam e são fundamentais na produção de si. Nesses “esquemas de sentido” não se destacam a exacerbação da miséria, dominação e impotência. A necessidade econômica é central. É central a pobreza e a distribuição social do acesso ao dinheiro, escasso para elas, que coloca no polo masculino a tarefa de trazer dinheiro para a cidade. Nesse sentido, a assimetria de gênero é significativa, tendo um pivô na contraposição entre trabalho (masculino) e cuidado (feminino), que, como veremos, é transformada e atualizada pelas mulheres através do “uso do corpo”. Também se destaca um universo social, moral, afetivo e estético coletivo e amplo que constrói e reconstrói marcos normativos para fazer a vida possível (Butler,

e parte do leque de violências sexuais contra crianças e adolescentes. Nesse sentido, as jovens menores de idade são consideradas vítimas e qualquer um que “use seus serviços”, ou se envolva nesses intercâmbios é considerado um criminoso. Como foi levantado por Garcia e Nascimento (2014) e Olivar (2014), embora presente em diversas etnografias a prostituição antes dos 18 anos e o início na prostituição antes desta idade, permanecem sendo um buraco negro tanto para as legislações, quanto para os pesquisadores e os movimentos de trabalhadoras sexuais.

2010) através do “uso do corpo”, e uma persistência feroz em fazer a vida do melhor jeito possível, des-tecendo cotidianamente as linhas de pressão, através do uso intensivo dos recursos disponíveis. É nessa tensão entre condições estruturais, agência e ausência de coação, que o fazer “por conta própria”, que elas sublinham, deve ser compreendido e potencializado.

Por último, vale destacar que a pesquisa *Marcas de Batom* está colocada no centro dos embates acadêmicos e políticos sobre prostituição/mercados do sexo. De um lado, por “desmistificar” a vitimização através das narrativas e experiências das mulheres e, por outro, por ter como objetivo compreender as experiências de jovens que se prostituem nesses territórios (indígenas, pobres, nordestinos, rurais), altamente estigmatizados e objeto de políticas de controle e “desenvolvimento”. Coletamos evidências que permitem construir um contra discurso às posições que se esforçam em desconsiderar esses sentidos e estas vozes e, em troca, priorizam explicações menos esclarecedoras sobre as finanças das mulheres pobres que se prostituem (ou não), com generalizações e universalizações que negam as construções afetivas destas mulheres e homogêizam o mundo; e isso se agrava quando cruzamos “prostituição” com operadores de diferença tais como geração, raça/cor, etnia, região, etc. Propomos uma análise de narrativas em contexto, evitando patologizações bem como evitando “epistemologias negativas” (Strathern, 1990), permitindo que as “singularidades e positivities” (Rago, 2008), lógicas e experiências ganhem voo próprio. Como ressalta Montgomery (2001), no seu marcante estudo com crianças e jovens que se prostituem na Tailândia, isso é especialmente importante quando se aborda a questão da participação de menores de idade na prostituição ou nas “economias sexuais”:

“Their world-views and understandings of their situation deserve serious consideration, even when alternative explanations can be offered.” (Montgomery, 2001: 89).⁶

Multiplicação das categorias de diferenciação: do vender-se ao pedir.

Si para construirse como personas aceptables socialmente las mujeres deben mostrarse como no prostitutas, esto genera la necesidad de esencializar la diferencia y subrayar la jerarquización. La persistência del modelo

⁶ “Suas visões de mundo e entendimento de suas situações merecem sérias consideração, mesmo quando são oferecidas explicações alternativas” (tradução nossa).

puede medirse entonces, indirectamente, por el esfuerzo que las mujeres no comprometidas en el comercio sexual (fundamentalmente las jóvenes) ponen en alejarse de esta rotulación. (Juliano, 2002: 41).

Embora persista o modelo que traça a respeitabilidade feminina em relação à distância com o “ser prostituta”, tal modelo mostra-se analiticamente restrito em diversos contextos, principalmente porque não sempre são categorias dicotômicas, porque não se trata das únicas disponíveis nos repertórios de muitas mulheres (e homens), e porque assim como a geração/ciclo de vida, devem ser levados em consideração outros operadores de diferenciação e de posição (como classe, raça/cor, etnia) articulados. Por outro lado, o conhecimento acumulado no campo das “economias sexuais” sugere que é limitado encarar a evasão do estigma como única fonte de criatividade.

Pesquisas antropológicas sobre sexualidades, AIDS, turismo sexual e prostituição, desde os anos 1990 e nos contextos da África, do Caribe e do Brasil, perceberam que noções como “prostituição” e “trabalho sexual”, mesmo ampliadas e abrangentes, eram insuficientes para explicar séries inteiras de relações de troca envolvendo sexo, dinheiro, afetos e bens materiais (Hunter, 2002; Anjos, 2005; Piscitelli, 2007, 2013; Cabezas, 2009). Nesses sistemas de trocas e relações, os agentes criam diversas categorias de diferenciação para explicar as práticas, diferenciar práticas e sujeitos e lidar com estigmas e moralidades que acompanham essas trocas e trabalhos (Stoebenau et ali, 2011).

Erigindo uma crítica mais elaborada à perspectiva que assumia o “sex work” como referente zero, a partir da análise de categorias nativas, foram desenvolvidas noções referidas a certas modalidades de trocas entre sexo, afetos e dinheiro, como “sexo transacional” (Hunter, 2002; Groes-Green, 2013) e “sexo tático” (Cabezas, 2009). Da mesma maneira, ideias mais abrangentes são testadas: “mercados do sexo” (Piscitelli, 2005), “economias sexuais” (Cabezas, 2009; Groes-Green, 2013) e “materiality of everyday love and sex” (Hunter, 2010). Nesta pesquisa, noções como “sexo transacional”, “sexo tático” e “mercados do sexo” revelam-se particularmente interessantes, enquanto a ideia de “economias sexuais” nos ajuda a compreender a abrangência e não excepcionalidade dos vínculos explícitos e sistemáticos entre sexo, afetos e dinheiro.

Através da ideia de “sexo tático”, cuja natureza é diferente do trabalho sexual que associa investimentos afetivos ou de cuidado [care], Cabezas (2009) afirma:

I challenge the concept of sex work as an analytical tool for understanding interactions between tourists and locals. (...) I propose an analysis of interviews that detail the incomplete and fungible nature of relations and the degrees of commodification that bring complexity to these arrangements. (Cabezas, 2009, p.117)⁷

No estudo sobre brasileiras nos mercados transnacionais do sexo, Piscitelli (2013) menciona o lugar das trocas econômico-sexuais em camadas populares e propõe um recurso aberto:

*A ideia de **mercados do sexo** aqui proposta, mais ampla, possibilita pensar nas **relações mais intensamente marcadas por essa economia de mercado, frequentemente vinculadas à indústria do sexo**. Contudo, ela situa as trocas que têm lugar no marco dessa indústria num universo muito mais amplo de intercâmbios sexuais e econômicos, materiais e simbólicos. Neles, as relações que têm lugar na indústria do sexo coexistem com outras, com as modalidades de sexo transacional, nas quais se envolvem muitas pessoas brasileiras, no Brasil e no exterior, em contextos nos quais há múltiplas manifestações de mercados, comércio, dádiva e intercâmbios (Piscitelli, 2013: 30).*

Piscitelli (2007, 2011, 2013) destaca um par empírico de diferenciação bastante estendido no seu campo e em outros contextos de “mercados do sexo” no Brasil: trata-se de “programa” e “ajuda”. “Programa” faria referência às formas mais mercantilizadas destas trocas (prostituição), já “ajuda” é descrito como uma forma particular e bastante generalizada no Brasil de intercâmbio afetivo, sexual e econômico que não passa pela prostituição e que teria níveis menores de mercantilização. Essa autora refere trabalhos como o de Cláudia Fonseca (2004a) para localizar a figura de “o velho que ajuda” como uma prática bastante aceita em camadas populares⁸.

Mergulhando nas construções nativas e nas narrativas que as entrevistadas nessa pesquisa fazem de suas vidas, foi visível uma distinção genérica entre “programas/trabalhos” e “ajudas/dádivas”; porém, como veremos, o panorama de diferenciações mostrou-se

⁷ “Eu desafio o conceito de trabalho sexual enquanto ferramenta analítica para compreender as interações entre turistas e moradores locais (...) eu proponho uma análise das entrevistas que detalhe a natureza incompleta e intercambiável das relações e dos graus de mercantilização que trazem complexidade a esses arranjos.” (tradução nossa).

⁸ Vale a pena ver também o trabalho de Mitchell (2011).

multiplicado e prene de borramentos e filtrações. Inclusive levou a uma nova configuração genérica que veremos no final dessa sessão: a economia da “pedição”.

Céu⁹, que estava com 25 anos e não tinha filhos, quando perguntada pelo início do seu trabalho em bares, responde rapidamente que começou com 20 ou 21 anos. Porém, mais adiante, fazendo uma trajetória da sua vida sexual, conta:

“Sei lá ... com 11, 12 anos virei mulher, com 12 eu me vendi. Fui morar com homem a partir dos 18, morei um tempo com um, depois um tempo com outro”.

“Se vender” e “trabalhar em bares” são momentos diferentes da trajetória e referem-se a planos diferentes de exercício econômico: “se vender” é mais abrangente enquanto às práticas, útil para marcar o início; “trabalhar em bares” está associado a um espaço específico e a uma forma particular da prostituição.

Mais adiante Céu continua: “Quando eu o conheci, ele sabia que eu fazia. Depois que fiquei com ele, parei. Agora? Tô no bar, trabalhando e tudo mais. Normal. Sou prostituta, né?”

O “ser prostituta” nasce espontâneo e abrangente, afirmativo de uma identidade no campo laboral que implica trabalhar em bares, “se vender”, e que o namorado deveria assumir de maneira “normal”, porque assim a conheceu. A ideia de “se vender” é bastante usada em discursos morais sobre/contra prostituição e criticada pelas organizações de prostitutas que pensam a prostituição como um trabalho, uma prestação de serviços e, às vezes, como um “aluguel” controlado. Se para as militâncias brasileiras “ser prostituta” é uma bandeira de luta que demanda das mulheres “assumir a profissão” (Olivar, 2013a), o “vender-se” resulta insuportável, ora explicável pelo “estigma” (Pheterson, 1996; Olivar, 2013a), ora pela persistência de modelos “antigos” de prostituição (Tavares, 2014). Nesse sentido, “vender-se” e “trabalhar” seriam contraditórios. Para Céu, não. A marca moral que implicam noções como “se vender” e “usar o corpo”, quando usadas estritamente à prostituição, parece marcar e produzir a experiência laboral, econômica e afetiva destas mulheres.

Karol propõe uma lógica de separações e distinções duais associada a momentos diferentes da vida. Ela começou esse tipo de intercâmbios através das “ajudas” de um “coroa” durante a sua gravidez. Seu depoimento permite compreender as dinâmicas e

⁹ Todos os nomes de pessoas e de locais foram trocados.

racionalidades presentes no acesso e na circulação de dinheiro, bem como as articulações em planos múltiplos (parentesco, afetos, “interesse”, possibilidades, desejos) de tal economia. Essa articulação não aparece confusa ou ambígua. Aliás, a narrativa está estruturada a partir de delimitações e diferenciações importantes. Primeiro há a identificação do período em que as práticas não estão marcadas por ganhos financeiros: “na esportiva mesmo”, o que atribui ao fato de ser muito “nova” (11-14 anos).

A relação com o “coroa” não é uma relação de prostituição, envolve afetos, tempos, redes, espaços e economias marcadamente diferentes daquelas do trabalho sexual. Para “o coroa”, o envolvimento estava baseado na possibilidade do convívio e dos afetos; para Karol, tratava-se de uma ajuda útil, relativamente calculada e misturada a algum bem-estar afetivo, mais que atos sexuais pontuais. Provavelmente a mãe mediou o contato dos dois, compartilhando o sentido e os recursos adicionais¹⁰. Para Karol, o “interesse” é claro, construindo uma relação de “sexo tático” (Cabezas, 2009) favorecida pela mãe e que permite prover com “o melhor” a chegada do filho.

Karol traça uma linha clara entre essas “ajudas” (ao estilo descrito por Piscitelli) e o “vender-se” posterior.

Depois do segundo filho que tive. (...) Aí, pronto, entreguei ele à avó e voltei de novo pro mundo. (...) Eu frequentava muito em João Pessoa, o Mercado Central. (...) Aí, saia com os cara, tudinho. (...) Eu ‘tava com 19 anos. (...) Sempre em bares fazendo programa. (...), foi uma amiga que me levou. Foi a primeira... assim, que eu me vendi.

Os termos “programa” e “se vender” não aparecem na narrativa sobre a “ajuda” do “coroa”. Isso implica emoções diferentes, além de um tipo de racionalidade econômica baseada em encontros sexuais pontuais e na satisfação do desejo sexual do homem e financeiro dela. Apenas. Os espaços físicos são também significativamente diferentes (Mercado Central em João Pessoa) e remetem a espaços não domésticos e à exterioridade em relação a intimidade familiar.

A necessidade econômica – “estava precisando”, resume o envolvimento e é uma gramática das sexualidades e dos dinheiros, marcada por e produtora de gênero que dá sentido às histórias: ele queria, ela precisava. Atualmente, Karol trabalha em bar e

¹⁰ Groes-Green (2013) apresenta como o sexo transacional de jovens moçambicanas com “sugar daddies” faz parte de dinâmicas amplas de parentesco feminino. Mitchell (2011) mostra as profundas imbricações entre dinâmicas de “apadrinhamento”, afetos, distribuição familiar do dinheiro e mercados do sexo que vinculam brasileiros com estrangeiros no contexto do Rio de Janeiro.

mantêm a casa e o filho pequeno. Na dinâmica atual de trabalho, ela explica que o “carinho” é um risco: o programa deve ser feito tomando precauções para não “ficar complicado”.

Outra noção presente na pesquisa foi a “coisa errada”. Joyce começou a “fazer coisa errada” com as amigas aos 11 anos e nunca trabalhou em bar. Isso oferece insumos para aprofundar a compreensão das dinâmicas práticas que possibilitam simbolicamente e dão sentido à estas formas econômico-sexuais. Sua perspectiva guarda semelhanças e distâncias com relação à perspectiva da Karol. Ajuda a encontrar limites morais e práticos da ideia de “prostituição”, e formulações particulares que fazem sentido para ela.

Joyce: *“eu tinha medo... tinha duas colegas que faziam. E sempre dizia “vá mulher, tu num fica sem dinheiro. Só se tu quiser”... eu fui pra Cabedelo¹¹ com elas; a menina disse “tu cobra o valor que a gente”, fui e cobreí 50 reais, de lá pra cá... fui me acostumando com isso”. (...)... eu fazia as coisas erradas e ele [o marido] perguntava de onde eu tirava o dinheiro se eu não trabalhava, eu dizia que minha mãe me dava, só que a minha mãe sabe o que eu faço, não diz a ele, tem medo dele descobrir e fazer alguma coisa comigo.*

Joyce explica o conceito da “coisa errada” para a entrevistadora: *Se a gente ficar com as pessoas por dinheiro, no caso se prostituir, você sai, né? A pessoa oferece dinheiro, você vai, que é o único jeito aqui é esse, num tem emprego aqui.*

A entrevista da Joyce é extremamente rica em indícios e conexões. O “fazer coisa errada” marca, mas não se limita à prostituição. Quando explica o que é “fazer coisa errada” parece dissolver, na redução didática para o interlocutor leigo, muitos dos matizes e diferenciações apresentadas. Ela reduz invocando uma espécie de mínimo comum explicativo, o “ficar por dinheiro”, “se prostituir”. Ela nos leva a diversos lugares para compreender o plano de sentido lógico e moral que dá sustento à “coisa errada”¹².

A “coisa errada” mantém semelhanças e distâncias em relação às “ajudas” do coroa da Karol. Se de um lado, as “ajudas” e a “coisa errada” são relações de sexo transacional à margem de espaços institucionalizados e nominados de prostituição, por outro, essa “ajuda” é um não-programa e está envolvida numa relação afetiva; coisa que não acontece com Joyce e suas amigas. O dinheiro arranjado por Joyce parece ter algo como doações

¹¹ Porto de Cabedelo na Paraíba, zona portuária com bares de prostituição.

¹² Não podemos ter certeza de que “coisa errada” é sempre alguma forma de sexo transacional. Apesar da igualação com “se prostituir”, em outros momentos da entrevista fica ambíguo e anterior à prostituição.

e pagamentos, pontuais e explícitos como no “programa”, mas diluídos em um não-emprego, em ligações espontâneas, em pequenas fugas. Por outro lado, esse “fazer coisa errada” guarda semelhanças com o “programa” e o “vender-se” da Karol no Mercado. A semelhança está no deslocamento que implicam, para outro território, outra cidade em que não será tão facilmente reconhecida¹³; e, talvez, na relação com as amigas.

No “fazer errado”, as distinções entre noções de “dar”, “pedir”, “ajudar” e “cobrar” não aparecem tão definitivas ou marcantes, e constituem uma noção de trabalho relativamente ambígua e difusa, como a “batalha” e a “caça” das mulheres protagonistas da pesquisa de Olivar (2013a) em Porto Alegre. Desliza-se entre lógicas mais laborais/mercantilizadas (a cobrança, o grêmio) e lógicas da dádiva, do pedido, que não implicam na noção de retribuição justa pelo trabalho feito. Tal lógica implica uma redistribuição do dinheiro à margem de noções mais liberais de trabalho e estritamente marcada por gênero, que parece estrutural. “Coisa errada” é um não-emprego (“aqui não tem emprego...”) que não exige permanecer em bares. Tampouco implica envolvimento afetivos ou gestão necessária de relações de parentesco. Joyce é uma mulher casada (“infelizmente”) que arruma, autonomamente, dinheiro que seu marido não “dá” para ela e o filho através do “único jeito” feminino de fazer circular o dinheiro: pedindo, saindo, ficando por dinheiro, se prostituindo.

Carmen, explica uma outra forma de organizar esses elementos. Ela não “é” mais prostituta, está “mudada”, mas não parou de “se vender”. Carmen explica como durante cinco anos, desde os 15 anos, “trabalhou em bar...bebia”. No bar, parte do “serviço” é beber com os homens e abrir as portas para encontros sexuais pagos ou retribuídos. O contexto é de trabalho sexual institucionalizado, a bebida com possibilidade de sexo é o serviço que ela devia fazer, “rolando tudo”. Cansada de “trabalhar em bar que bebia”, com vontade de “parar com essa vida” (“essa vida” é um par lógico moral do “vender-se”), busca um bar que só “despacha”. Isso permitiria continuar lucrando e manter um estilo de vida mais interessante. Trabalhar no bar, então, adquire para ela um sentido não sexual e, o que parece muito importante para ela, livre de bebida.

Assim, os universos que essas mulheres produzem se separam em três: a casa, o trabalho e a rua. “Sair” – da casa e do trabalho- é o território simbólico e geográfico do “vender-

¹³ Nesse sentido toda uma construção prática e imaginativa de cidade e de multidão na qual perder-se, e por tanto de “modernidade”, contrasta fortemente com os antecedentes biográficos do bairro e das comunidades rurais, e possibilita de um jeito difuso as práticas incógnitas.

se” ou do “fazer coisa errada” que é muitas vezes desligado do mundo do trabalho e é associado a “sair para beber”, sem perder o fator de ganho financeiro.

Na sua narrativa do tempo presente, Carmen se afasta de qualquer noção de trabalho sem que a necessidade de acessar a dinheiro desapareça. Nessa elaboração ela associa o vender-se a eventos pontuais de “cair na vida”, à “doideira” da balada, a ligações com homens conhecidos, a viagens e à necessidade econômica. Assim ela se insere nas dinâmicas econômicas locais e microrregionais, nas quais o vetor principal de acesso ao dinheiro é sempre masculino, através de “saídas” e do sexo, e à margem da prostituição. Ela também não faz menção a afetos materializados em dinheiro ou bens, ela simplesmente “cai na vida” e, ao cair, “se vende” em transações sexuais e lúdicas de curta duração. Nessa nova construção ela se distingue da ideia de “ser” prostituta: “eu não sou mais... eu sou mudada”. Estar mudada traz, além de tudo, a possibilidade de não ser falada pelo “povo” e do perdão da mãe.

Finalmente, a pesquisa nos levou a conhecer uma lógica econômica que parece ser limítrofe no campo de discussões acadêmicas e políticas sobre prostituição/mercados do sexo: os imperativos de pedir/receber dinheiros e agrados como uma forma feminina de ter alguma participação na economia local/regional.

No material coletado percebe-se que os trânsitos entre categorias mais associadas ao universo do trabalho ou a racionalidades mercantis, e as categorias associadas aos universos dos afetos ou das dádivas, não são nem excludentes nem correspondem, exclusivamente, a momentos de um processo linear. Inclusive, pode-se afirmar que é a partir da lógica do pedir/receber dinheiro (com ou sem afetos), que as demais categorias de diferenciação são elaboradas; isto é, o princípio feminino de pedir/receber dinheiro ou bens à margem de uma relação laboral (mas também afetiva) é o princípio que, em últimas, parece inegociável. Narrativas de Mataraca indicam que em bares de trabalho sexual o pagamento pode ser frouxo, não acertado necessariamente com clareza antes dos encontros, triangulado e misturado com dívidas e pagamentos com a dona do bar. Assim sendo, “o programa” estaria atravessado não apenas por uma lógica laboral e mercantilizada, mas por um princípio de doações e dádivas, de “cuidados” domésticos e “intimidades”, fortemente marcado por moralidades e por gênero, e que pode envolver ou não vinculações afetivas.

Em Cabrobó, essa economia apareceu de maneira mais visível com a “pedição”¹⁴.

*Chegando lá, foi só colocar uma cerveja na mesa que apareceram pelo menos 5 meninas dando em cima da gente, pedindo para pagar cerveja. Uma delas chamou para uma transa, outras para dançar, ou ficavam rebolando em nossa frente. Depois saímos e fomos comer cachorro quente. Mas continuou a **pedição** de sanduíche e de mototáxi. Nicole pediu 5 reais para comprar cerveja e sumiu.*

A mesma dinâmica é usada por três irmãs que frequentam um bar para resolver pequenas contas cotidianas:

Nicole contou que um dia foi fazer feira com o dinheiro da mãe e comprou uns sabonetes e cremes na farmácia. Gastou 60 reais a mais. A mãe cobrou, então ela foi para rua e conseguiu o dinheiro. No bar da Patroa, conheceu um coroa com grana que lhe deu 50 reais. Outra situação foi quando tinha que pagar a conta de luz na faixa de 60 reais, a despesa fica por conta dela e de Vanessa. Elas não tinham o dinheiro, mas conseguiram na rua num final de semana. A estratégia é pedir dinheiro para os homens com quem bebem, ‘farram’ e acumular durante a noite para as despesas diárias. Tiram 5 de um, 10 de outro, 20, e assim por diante.

A “pedição” pode não implicar em sexo efetivado. Mas o sexo, virtualmente, está sempre presente. Isso adquire um tom interessante numa entrevista no bar de prostituição, em Cabrobó.

A gente precisa pedir, melhor que roubar! Eu peço mesmo! Se tiver oportunidade, peço!
(Dryca)

Se manter relações sexuais não parece ser um termo de troca necessário, o “cobrar” tampouco é. Esses borrarmentos complexificam ainda mais o panorama da produção local de sexos e dinheiros. Pode-se “não cobrar”, apenas “aceitar” dinheiro.

*Se o cara gostar e quiser me dar alguma coisa, aceito normalmente... não nunca cobreí, nunca! separei do meu marido, morava em Salgueiro, **namorava um cara e ele me deu dinheiro...** mas eu não cobreí, ele me deu sozinho. (...) não faço como profissão. (Xânia)*

¹⁴ O antropólogo Oswaldo Giovanninni no seu trabalho de campo para essa pesquisa nomeou essa atividade como pedição.

A lógica do “não cobrar”, apenas “aceitar” significa um limite surpreendente em relação à literatura contemporânea sobre prostituição no Brasil e nas discussões políticas-técnicas sobre o tema que tem no centro ora uma noção de trabalho ou de ganho que parece consistente com a necessidade, não apenas econômica, mas moral de “cobrar”, ora com a centralidade dos afetos e das reciprocidades. O depoimento da Carmen marca a diferença limítrofe.

Aí lá a gente dava nosso preço, aí se ele quisesse pagar ele pagava, também se não quisesse pagar, ele não pagava. A gente saía com eles e pagavam a saída [do bar]. A dona do bar já estava com aquele dinheiro (R\$20,00). Aí a gente ia. Se ele quisesse dar dinheiro à gente desse, então... se ele não quisesse a gente fazia de graça. Só quando chegava o dia dela pagar a gente que ela pagava. Mas os vinte reais que o ‘cabra’ dava pela nossa saída, não. Não tinha como [era o pagamento à dona].

Esse depoimento está em perfeita conexão com a lógica econômica e de gênero aqui expressa. Por outro lado, o “fazer de graça” só era possível pelo “pagamento” que devia ser feito pela dona do bar. Esse tipo de arranjo implicaria uma relação laboral bastante institucionalizada (acordos rígidos, pagamentos periódicos, administração centralizada da totalidade do dinheiro) e incomum na prostituição mais popular no Brasil. O mais incomum, contudo, é a atitude dela, que condiz com o acordo e espera com relativa passividade o pagamento e algum “agrado”.

Pedir e receber dinheiro no marco de relações que articulam sexualidades e deveres domésticos (e em ocasiões afetos), e não remuneração pelo trabalho, é a lógica prevista. Uma lógica contra a qual se gestou boa parte do feminismo na sua relação com o dinheiro (Zelizer, 1997), as organizações de prostitutas, e contra a qual a Adriana, única “dona de bar” (isto é, empresária e trabalhadora), se revolta:

As moças de antigamente não é como as de agora. Vocês chegaram já vão em cima pedir dinheiro. Nós fomos criadas trabalhando não tem esse negócio de ficar pedindo dinheiro a homem. Na época eu era muito desejada pelos homens de Cabrobó, era muito bonita. Naquela época rolava muito dinheiro de cebola, cebola tinha valor, tinha festa da cebola. Hoje não rola mais essas coisas, só rola droga. Hoje as mulheres de Cabrobó se tomar uma cerveja, já está pensando em cheirar pó. (...) Eu me esforço pra fazer minha buchada, meu munguzá pra vender.

Finalmente, essa economia da “pedição” e a proliferação de categorias de relação e de nominação, deve ser compreendida também à luz de princípios sociais, morais e econômicos de produção de família marcados por gênero, como veremos na seguinte sessão (Garcia e Nascimento, 2014ia, 2013). Isto é, explicações no caminho da pobreza estrutural ou das dinâmicas macroeconômicas regionais devem ser complementadas com um olhar às formas como gênero, sexo, afetos, trabalho, dinheiro e cuidado circulam nos grupos familiares. Nesse sentido, essa economia do pedir/aceitar foge tanto do trabalho quanto das reciprocidades puramente afetivo/conjugais, conecta-se com o “pedir” para mãe ou padrasto, ou para mãe e marido, ou do circuito familiar de “ajuda” às mulheres.

Essa economia da “pedição” está imbricada de múltiplas maneiras com a família, o que faz sentido também em termos de gênero, pois como explicava Vânia, de Cabrobó, sobre a diferença de tarefas domésticas entre homens e mulheres, eles “trabalham” (na roça), elas “cuidam” (da casa)¹⁵. Isso é complementado por Abelle: “Eu? Não trabalho com nada!” “Qual [trabalho], namorar? ”

“Uso do corpo” em conexões familiares (afetivas e morais)

Pode-se perceber que um plano estruturante nas experiências e sentidos do “uso do corpo” é o parentesco; noções e imaginações sobre constituição de vínculos de família, de laços afetivos, afinidades e corresponsabilidades¹⁶. Pensando em categorias de diferenciação, uma distinção tríplice, irreduzível, transporta-se para o plano do espaço cotidiano de existência: o bar/ponto de prostituição, a casa de moradia familiar/conjugal e “o mundo”, “a vida”. Entre as duas primeiras não existem indícios de ambiguidade na fronteira. Família, genealógica e materna, aparece como o espaço de referência absoluto. É no diálogo com ela, ou a partir dela que os trabalhos, trocas, vendas e usos táticos adquirem sentido e que as figuras da mãe e do marido ganham relevância. Mas é também na triangulação com o mundo do “sair”, nem bares do trabalho nem casa familiar, que estas

¹⁵ Existe toda uma literatura sobre trabalho e gênero que tem demonstrado largamente as expandidas conexões, em contextos rurais e urbanos, entre cuidado, afetos, domesticidade e gênero. Ver, como referências: Constable, 2009; Parreñas, 2001; Hirata e Kergoat, 2007.

¹⁶ Nesse sentido, pode ser útil a noção de “relatedness”, como proposta por Carsten (2000), que não se limita às formas mais tradicionais do parentesco (kinship). Olivar (2013a) articula essa noção para incluir alianças políticas e de amizades altamente significativas em prostitutas militantes.

práticas adquirem sentido. Nesse terceiro espaço, uma outra vinculação forte, afetiva, constituinte tem lugar: as amigas.

Joyce, entre outras, nos fornece informações para compreender como, para muitas mulheres, se dá o início e o desenvolvimento nos mercados do sexo através da construção de um sentido coletivo junto às amigas. Se aparecem dificuldades econômicas, não narram uma situação que leve a decisões solitárias e à margem dos saberes, sentidos e moralidades sociais. Essa situação é elaborada como uma dinâmica positivada na relação com as amigas, com imagens de liberdade e aventura à margem da casa conjugal, ao mesmo tempo que, possibilita um núcleo de grêmio laboral (“tu cobra o valor que a gente cobra”).

As amigas ensinam. Como mostra Sousa (2012), a prostituição é um aprendizado importante na vida destas mulheres, requer uma circulação mais ou menos intensa de informações, escuta, dicas, na qual a experiência das já inseridas é o ponto de referência. A partir daí, é ir se acostumando. É assim que “fazer coisa errada” ganha sentido; a possibilidade da prostituição é uma possibilidade familiar e socialmente aceita (Fonseca, 2003, 2004a; Piscitelli, 2011; Olivar, 2011, 2013a), que tem entre seus pivôs a compreensão compartilhada de valorações pessoais/corporais/sexuais em termos financeiros¹⁷.

Para muitas mulheres a imagem da mãe é central na produção destas relações de troca econômica, sexual e afetiva. A mãe delas, e elas enquanto mães. Essa posição de mãe é importante não apenas nas justificativas para arranjar dinheiro, como na produção da sociabilidade sexualizada e econômica. A mãe está presente como referente de cuidado; em alguns casos as relações são mediadas por ou discutidas com a mãe, por exemplo.

Para Joyce a mãe é a que guarda o segredo por medo das represálias do marido; é ativada discursivamente como doadora (junto com a Bolsa Família) quando ela precisa justificar o dinheiro “cobrado” dos homens. Mas na história da Joyce há outra mãe: a sogra, o duplo antagônico da mãe, sua principal ameaça. É a sogra a que denuncia sua “cara de chifreira”, quem coloca de sobreaviso o marido, para quem ela deve mentir e de quem deve fugir. A sogra, como a mãe, mas em posições inversas, conhece bem o universo das economias femininas.

¹⁷ Sobre a tradução monetária dos valores da “intimidade” ver: Zelizer (2009), Bernstein (2007), Hunter (2010), Piscitelli (2005, 2011).

Joyce: *muitas vezes ela chamava e eu não tinha chance de ir, porque eu morava na casa da minha sogra, não podia sair direto... ele pergunta “tu comprou essa roupa com qual dinheiro?”, foi mãe que me deu (...) Foi com dinheiro de programa. (...) ... eu digo que pago com o Bolsa Família. Só que a Bolsa Família é só para comprar as coisas que eles precisam.*

A narrativa da Joyce nos introduz ao lugar polivalente do marido e, nessa reflexão sobre parentesco, que se entrelaça com as mães, as amigas e os padrastos. Atentemos à narrativa de Sheylla.

Ele me pagava, me ajudava. Às vezes gostava de verdade e ficava ajudando sempre. Até cheguei a viver com um por dois anos (...) Quando passei a viver com ele, não ficava com ninguém, só com ele. Só que eu já vinha sofrendo muito, não entrava amor no meu coração. Eu não queria de jeito nenhum. Não queria me enganar, me iludir mais uma vez.

Sheylla responde à pergunta através de uma parataxe; uma fórmula que concebe um conceito composto de elementos não subordinados: “me pagava, me ajudava”. A partir daí começa a construir a noção de “ajuda”, como no caso da Karol, diferenciada do “pagamento”, marcada por afetos “de verdade” traduzidos em dinheiro e bens (na materialidade cotidiana do amor, como diz Hunter (2010)), no marco de relações de longa duração que envolvem o intercâmbio de maneiras estendidas. Ajudando, gostando de verdade, o homem não paga um encontro sexual, mas uma disponibilidade permanente; ela não recebe por um serviço ou trabalho, ela era bancada, sentia-se gostada e ajudada, estava disponível para ele. Ajudando, ele pagava pela possibilidade do convívio. Mas, para ela, o risco era o amor – em termos de desengano e sofrimento que não estava disposta a permitir.

A parataxe *pagar, ajudar*, complementa-se com o efeito *viver*, confirmando assim a relação estruturante entre dinheiro, afetos, sexo e conjugalidade na narrativa dos inícios, e mais uma vez atualiza a distância entre seus elementos constitutivos (pagar não é ajudar).

Comecei a viver com ele, ele me dava presente, só que me apeguei a ele, mas depois me disse que (...) não me levava a sério porque eu era mulher do mundo e não ia levar ele a sério. Não ia respeitar. (Sheylla)

Os termos de convívio somados à troca, nos levam a uma distinção compartilhada entre ela e o marido, e à qual Juliano (2002) faz referência na citação inicial: antes e fora do espaço conjugal e doméstico, ela tinha sido “mulher do mundo”. O “ser do mundo” está próximo a trabalhar em bar/prostituição, mas, como vimos, está marcado por uma recusa ao trabalho, uma predileção pela “balada”; assim “ser do mundo” está marcado pela negatividade que as trocas + convívio deveriam excluir, e atualiza o risco mútuo entre conjugalidade/amor, prostituição e o “cair na vida”.

Carmen conheceu o pai do seu filho no bar. O bar trouxe a “chance” de “sair dessa vida” através do marido, uma marca da dádiva contraposta ao pagamento; mas também a chance de ter um filho. Ela não fala em amor, fala de chances. Mas, uma vez terminado esse relacionamento, ela está decidida a “se vender” até aparecer alguém que a assuma de maneira consistente. Isso significa que, como demonstra Piscitelli (2009), os mercados sexuais se conjugam parcialmente com universos de trocas afetivas e familiares genealógicas e, entre eles e os mercados matrimoniais existem trânsitos e conjunções. Sociabilidade, conjugalidade, sexualidade e economia circulam em espaços próximos e conectados.

Porem, esses homens-maridos não conseguem “dar” tudo o que elas precisam; não conseguem “assumir”, “bancar” essas mulheres. A partir dessa impossibilidade, pode-se construir uma relação de permanente suspeita, dúvida, fuga e briga (Joyce), ou de aceitação explícita, possivelmente pactuada (Karol e o “coroa”) destas relações com outros homens.

Os diversos planos se conjugam na avaliação das mulheres. O universo laboral (“desemprego”) se conjuga com o universo do consumo e do suprimento de necessidades básicas e desejos; e com o universo das dádivas (“esperando por alguém”, “se ele desse...”), marcadas por gênero, estruturantes da economia local. Esses planos estão atravessados e estruturados por gênero e associados às amigas e à família (família consanguínea, família como moradia, marido, filho para sustentar). Nessa intersecção de planos existenciais se avalia como melhor/necessária a vinculação com o trabalho sexual, em parte devido a pobreza e a necessidade e que vai muito além da razão prática da “pobreza” (Sahlins, 2003).

Considerações Finais

Nesse artigo, propomos que os resultados dessa pesquisa sejam compreendidos a partir da noção de “usar o corpo” que escapa da limitação da noção de “prostituição”, para explicar as dinâmicas de transações sistemáticas e mais ou menos explícitas entre sexo e dinheiro. Considerando a necessidade de levar a sério a multiplicidade de categorias de diferenciação operacionalizadas por mulheres em contextos de prostituição ao redor destes “usos do corpo” para acessar a dinheiro e bens, nos aproximamos da compreensão das “economias sexuais” (Cabezas, 2009) locais e sua relação com a produção social do gênero. Isto é, por esse caminho podemos compreender a maneira pela qual aquela dimensão que denominamos economia e aquela que denominamos sexualidade se articulam e estruturam mutuamente apagando, através da perspectiva de gênero, a clareza e a utilidade da distinção entre uma e outra.

Mergulhando nas construções nativas e nas narrativas que as mulheres fazem de suas vidas, é visível uma distinção genérica entre “programas/trabalhos” e “ajudas/dádivas” (Piscitelli, 2007, 2009, 2011, 2013). Noções como “sexo tático” (Cabezas, 2009) e “sexo transacional” (Hunter, 2002, 2010) foram úteis para compreender o sistema de relações de que falam e que fogem da ideia da prostituição convencional. Principalmente em Cabrobó, fica evidente que elas compartilhavam algum plano de sentido sobre “prostituição” que tornou extremamente difícil “achar” as prostitutas.

Essa dificuldade abriu as portas para múltiplos nomes e exercícios de diferenciação, bem como para o posterior exercício analítico. “Meninas-danadas”, “periguetes”, “pirigas”, “raparigas”, “mulheres que conhecem mais homens”, “meninas que trabalham em bar (que bebem)”, entre outras, foram categorias indicadas para responder às indagações, enquanto largos silêncios se construía sobre “prostituição”. As mulheres expuseram um amplo leque de categorias que incluía, definia e ultrapassava à prostituição, tais como “vender-se”, “fazer coisa errada”, “sair”, “cair na vida”, receber agrados, ajudas e pagamentos, “pedir”. Contudo, o que essas pessoas estavam indicando não eram categorias de práticas claramente definidas ou profissionais, mas formas visíveis de arranjos sociais, econômicos, afetivos e sexuais radicalmente marcados por gênero e por moralidades e amplamente compartilhados.

Programa e Ajuda, como apresentados por Piscitelli (2007, 2009, 2011, 2013), não são categorias de classificação de pessoas, mas formas possíveis de relação que as pessoas descrevem e pelas quais transitam. No caso pesquisado, essa polaridade relativa foi explodida por uma superabundância de nomeações e pelo desafio que as mulheres

realizam, através da noção geral de “usar o corpo”, tanto às formas da mercantilização laboral quanto à reciprocidade pelos afetos. “Vender-se” e “trabalhar em bar”, por exemplo, assim como esporádicos “ser” prostituta, marcam disposições e formas diferenciadas dentro do plano mais geral do “programa”; do mesmo modo, as “ajudas” parecem ocupar pelo menos dois sentidos diversos, marcados pela presença ou não de afetos e pela maior ou menor “mercantilização” e sua relação com redes maiores de parentesco/“relatedness” (Carsten, 2000). A economia feminina do “pedir”, a disposição para receber agrados em contraposição ao “não cobrar”, implicam o limite do par programa-ajuda em termos de trabalho-afetos, pois colocam essas relações de troca em um plano maior de relações econômicas/sexuais/de gênero que organizam o mundo social em formas que não parecem definidas pela centralidade de princípios capitalistas, como trabalho comercial remunerado, contratual e afetividade sexual.

Essa lógica econômica sugere uma organização tríplice das relações, dos afetos, dos espaços e da circulação de dinheiro que precisa ser melhor estudada: casa / bar / mundo. O recurso dual da distinção programa/ajuda, referência “nessa economia de mercado” e na lógica de reciprocidades afetivas, assim como o princípio econômico e político da *caça* e da *batalha*, descrito em termos de “predação” (Olivar, 2011) na prostituição de rua, podem ser complementados com uma outra forma: o pedir (que se completa com “aceitar”). Essa economia, que teve sua maior expressão no contexto de Cabrobó, implica um princípio social –de gênero- de circulação e redistribuição necessária do dinheiro.

A *economia da pedição* não se restringe ao universo do sexo e não constitui uma ruptura com a norma social. O ingresso na “prostituição” e as *economias da pedição* parecem articular macroeconomias regionais (usinas, transportes, turismo, benefícios sociais, produção camponesa, pesca e coleta) com lógicas econômicas associadas à configuração familiar e de gênero mais marcadamente rural (Garcia e Nascimento, 2014a e 2014b). Isto é, uma distinção bem marcada entre atividades de “trabalho”, propriamente masculino, e atividades de “cuidado”, propriamente femininas, e que correspondem a ideias sobre “cobrar” e “pedir”, “receber”, “aceitar”. Uma distinção que atravessa o espaço doméstico de criação e se transporta até as possibilidades de conseguir dinheiro na cidade ou na região. Pede-se e espera-se receber dinheiro de, ou ser “assumida por”, os pais, o marido, *os homens*. Nesse sentido o dinheiro recebido (em troca de sexo, companhia, sorrisos, gestos, promessas, conquistas e conversas ou pedidos) não é

conceitualizado como um “pagamento”, também não demanda elaboração de tramas afetivas complexas. Às vezes precisa “bater intimidade”, ou, simplesmente, pedir.

Finalmente, nesse sentido, uma dependência econômica parece ocupar uma ordem estrutural de gênero. Os homens são a referência de “trabalho”, portanto, a fonte principal de dinheiro como pagamento; já elas, corporificam o eixo da reprodução, do cuidado, do “carinho”, da família (labores assumidos como não-empregos), ficando à margem da escola e do universo do emprego formal. Contudo, tampouco pode-se perder de vista que se essas relações desiguais e assimétricas são estruturantes, as dependências se atomizam e se diluem nas experiências concretas. Nas trocas observamos que em nenhum momento, a partir da puberdade, se manifesta uma real dependência econômica de somente **um** homem (pai, marido ou patrão), pois as possibilidades de conseguir dinheiro se atomizam e multiplicam ora nos bares, ora na rua, ora nos telefones celulares. Sempre existirão fugas, amigas, e homens dispostos a pagar, ajudar ou dar.

Referências Bibliográficas

- Agustín, Laura. 2007. *Sex at the margins: migration, labor markets and the rescue industry*. London/New York: Zed Books.
- Ahearn, Laura M. “Language and agency”. *Annual. Rev. Anthropology* 30, 2001:139-37
- Anjos, Carlos dos. “Sexualidade Juvenil de classes populares em Cabo Verde: os caminhos para a prostituição de jovens urbanas pobres”. *Estudos feministas*. Rio de Janeiro Vol. 13, n. 1 (jan./abr. 2005): 163-177.
- Bernstein, Elizabeth. *Temporarily yours: intimacy, authenticity and the commerce of sex*. Chicago: University of Chicago Press, 2007.
- Butler, Judith. *Marcos de guerra: las vidas lloradas*. Barcelona: Paidós, 2010.
- Cabezas, Amalia. *Economies of desire: sex and tourism in Cuba and the Dominican Republic*. Philadelphia: Temple University, 2009.
- Carsten, Janet. “Introduction: cultures of relatedness”. In Carsten (ed). *Cultures of relatedness: new approaches to the study of kinship*. Cambridge University Press, 2000: 1-36.
- Chapkins, Wendy: *Live Sex Acts. Women performing erotic labour*. Cassell, Londres, 1997.
- Constable, Nicole. “The Commodification of Intimacy: Marriage, Sex, and Reproductive Labor.” *Annual Review of Anthropology* Vol. 38, 2009: 49-64.
- Doezema, Jo. *Sex slaves and discourse masters: the construction of trafficking*. London and New York: Zed Books, 2010.
- Fonseca, Claudia. “Familia y profesión: la doble carrera de la mujer prostituta”. *La antropología brasileña contemporánea: contribuciones para un diálogo latinoamericano*. Buenos Aires: Prometeo, 2003: 95-135.
- _____. *Família Fofoca e Honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: UFRGS editora, 2004a.

- _____. “A morte de um gigolô: fronteiras da transgressão e sexualidade nos dias atuais”. Piscitelli, Gregori e Carrara (org). *Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004b: 257-281.
- Garcia, Loreley; Nascimento, Silvana. “Family Girls: A Study about Juvenile Prostitution in the Indigenous areas in Northeast of Brazil. In: *International Journal of Women’s Studies and Gender*, 2014a.
- Garcia, Loreley; Nascimento, Silvana. *Pitfalls of Desire*. Saarbruchen, Lambert Publishing. 2014b.
- Groes-Green, Christian. “‘To put men in a bottle’: eroticism, kinship, female power, and transactional sex in Maputo, Mozambique.” *American Ethnologist*, vol 40, no. 1, 2013: 102-117
- Guy, Donna. *El sexo peligroso*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana: 1991.
- Hunter, M. *Love in the time of Aids. Inequality, gender and rights in South Africa*. Boomington: Indiana University Press, 2010.
- _____. “The Materiality of Everyday Sex: thinking beyond ‘prostitution’”. *African Studies* 2002, 61:99-120.
- Juliano, Dolores. *Excluidas y Marginales*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2006.
- _____. *La prostitución: el espejo oscuro*. Barcelona: Içaria, 2002
- Kempadoo, Kamala. *Sexing the caribbean : gender, race and sexual labor*. New York/London : Routledge, 2004.
- Kempadoo, Kamala; Sanghera and Pattanaik (comp). *Trafficking and prostitution reconsidered: new perspectives on migration, sex work and human rights*. Boulder: Paradigm Publishers, 1995.
- Montgomery, Heather. *Modern Babilon?: prostituting children in Thailand*. London: Berghahan Books, 2001.
- Olivar, José Miguel. “Adolescentes e jovens nos mercados do sexo na tríplice fronteira Brasil, Peru, Colômbia: três experiências, um tour de force e algumas reflexões” *Artemis* vol. 18 (1): 87-102. 2014.
- _____. *Devir puta: políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes*. Rio de Janeiro: UERJ/CLAM, 2013a.
- _____. *Mercados do sexo em territórios transfronteiriços: gênero e circulações na fronteira Brasil-Colômbia. Relatório final de pesquisa*. Bolsa de Pós-Doutorado FAPESP, processo 2010/50077-1. Núcleo de Estudos de Gênero –PAGU / Unicamp. Campinas: PAGU/FAPESP, 2013b.
- _____. 2013c. “...bajo el dintel del putiadero: Estado, prostitución y violencia en Colombia y Brasil”. *cadernos pagu* (41), julho-dezembro: 339-369.
- _____. “Banquete de homens: sexualidade, parentesco e predação na prática da prostituição feminina”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol 26 nº 75 fevereiro, 2011: 89-189.
- Parreñas, RS. *Servants of globalization: women, migration and domestic world*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2001.
- Pheterson, Gail. *The prostitution prism*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 1996.
- _____. (comp). *Nosotras, las putas*. Madrid: Talasa Ediciones, 1989.
- Piscitelli, Adriana. “Violências e afetos: intercâmbios sexuais e econômicos na (recente) produção antropológica realizada no Brasil.” *cadernos pagu* (42), janeiro-junho de 2014:159-199.
- _____. *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*. Rio de Janeiro: EDUERJ/ Clam, 2013.
- _____. “Amor, apego e interesse: trocas sexuais, econômicas e afetivas em cenários transnacionais.” Em: Piscitelli, Assis e Olivar (org). *Gênero, sexo, amor e*

- dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero-PAGU-Unicamp, 2011: 537-582.
- _____. “Tránsitos: circulación de brasileñas en el ámbito de la transnacionalización de los mercados sexual y matrimonial”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 31, jan./jun. 2009: 101-136.
- _____. “Sexo tropical em um país europeu: migração de brasileiras para a Itália no marco do "turismo sexual" internacional”. *Rev. Estud. Fem.*, vol.15, no.3, Sept./Dec. 2007b: 717-744.
- _____. “Apresentação: gênero no mercado do sexo”. *Cadernos Pagu* (25). Campinas, 2005: 7-23.
- Piscitelli, Adriana; Assis, Glaucia e Olivar, José Miguel (org). *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero-PAGU-Unicamp, 2011.
- Rago, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 2008. (2da. Edição).
- Sahlins, Marshall. *Ilhas da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- Stoebenau et al. “More than just talk: the framing of transactional sex and its implications of vulnerability to HIV in Lesotho, Madagascar and South Africa”. *Globalization and Health*. 2011: 7-34
- Strathern, Marilyn. *The Gender of the gift: problems with women and problems with society in Melanesia*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1990.
- Zelizer, Viviana. *La negociación de la intimidad*. México: Fondo de Cultura Económica, 2009.
- _____. *The social meaning of money: pin money, paychecks, poor relifes and other currencies*. Princeton: Princeton University Press, 1997.